

EMPREITADAS

3. EMPREITADA “REPAVIMENTAÇÃO DA AV. DE SÃO PEDRO” – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESTE S. PEDRO E S. MAMEDE” – REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS.

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a proposta da fórmula de revisão de preços apresentada como contraposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 365/2022, de 20 de maio, da empreitada “Repavimentação da AV. de São Pedro” – União da freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 16172

Data: 24/02/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a) Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O Presidente

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: REPAVIMENTAÇÃO DA AV. DE SÃO PEDRO – U.F. DE ESTE S. PEDRO E S. MAMEDE - REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS

PROPOSTA: Relativamente à empreitada acima identificada, propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, da fórmula de revisão de preços apresentada como contraproposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio.

A contraproposta formulada pelo gestor do contrato, e que consta da informação técnica anexa, foi notificada à entidade executante em 08/07/2022, tendo a empresa dado resposta cerca de 7 meses depois, informando que não aceita a contraproposta apresentada. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, não havendo acordo sobre a forma de revisão extraordinária em causa, os preços são revistos com base na contraproposta do dono da obra.

A Chefe de Divisão

Anexos:

Ofício Nº 16483

DATA:08/07/2022

DOCUMENTO. E/32736/2022

Registada c/ A/R Datada da Remessa 08/07/2022

Exmo. Senhor

Alexandre Barbosa Borges, S.A.

Rua do Labriosque, N.º 70

4755-307 MARTIM

**ASSUNTO | CPE.13.21.DMOSM – REPAVIMENTAÇÃO DA AV. DE SÃO PEDRO – U.F. DE ESTE S. PEDRO
E S. MAMEDE**

Exmos. Senhores

Acusamos a receção da vossa missiva com a referência GT0142/2022, relativa à revisão extraordinária de preços da empreitada em assunto, a qual mereceu a nossa melhor atenção.

Após análise do vosso pedido, consideramos que a parca, insuficiente fundamentação apresentada pela vossa empresa, não permitiu confirmar/verificar se a fórmula de revisão extraordinária de preços apresentada é a que melhor se adequa à empreitada em causa.

Nestes termos procedeu-se, ao abrigo da alínea a) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, à formulação de uma contraproposta à fórmula apresentada, baseada nas seguintes considerações:

- 1- Aceita-se o valor da variação homóloga apresentada;
- 2- Considera-se que se deve manter na fórmula o índice M20 – cimento em saco dado que o mesmo é utilizado na composição de betão para assentamento de lancis, para realização das juntas entre os lancis e na execução de caixas, pelo que houve efetiva utilização deste material em obra;
- 3- Considera-se que se deve manter na fórmula o índice M48 – produtos para ajardinamentos dado que em obra foi efetuada sementeira de relva e outros trabalhos, tendo, portanto, havido efetiva utilização deste material em obra;
- 4- Julgo de incluir na fórmula o índice M47 – produtos pré-fabricados de betão, dado que em obra foram aplicados lancis em betão e pedra de chão de blocos de betão, materiais pré-fabricados;
- 5- Proponho que se retire da fórmula o índice M15 – chapa de aço galvanizada, dado que não houve aplicação deste material em obra
- 6- Relativamente ao coeficiente atribuído ao índice M18- betume a granel, foi determinado da seguinte forma:
 - Através do peso específico da mistura betuminosa determinou-se as toneladas aplicadas em obra;
 - Com base no custo de produção por tonelada, e para uma percentagem média de aplicação de betume de 5% do total da mistura, determinou-se a proporção do custo do betume por tonelada de mistura betuminosa;
 - Multiplicando essa proporção pela tonelagem de mistura aplicada em obra determinou-se a influencia efetiva do betume no custo global da obra;
 - O valor obtido de 21% resulta da média aritmética do valor obtido com o custo efetivo por tonelada de aquisição de betume a granel à proporção de aplicação de 5% do total da mistura;

.../

Processo Obra: 2018/300.10.001/457

Registo de entrada: E - 32736

Requerente: ABB – ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.

Local da obra: ESTE (S. PEDRO E S. MAMEDE)

Informação: 32736 de 20/06/2022

Assunto: Empreitada CO 21/050 - "CPE.13.21. DMOSM - Repavimentação da Avenida de São Pedro - UF de Este S. Pedro e S. Mamede - Solicita Revisão extraordinária de Preços ao abrigo de DL nº 36/2022 de 20 maio - Carta registada RF 6790 4517 0 PT

Técnico responsável:

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Relativamente à empreitada em assunto, a entidade executante ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A. veio através do documento de entrada E/32736/2022 apresentar um pedido de revisão extraordinária de preços ao abrigo do DL n.º36/2022, de 20 de maio, propondo a adaptação da fórmula de revisão de preços contratualmente estabelecida, para outra que no seu atender se adequa melhor à empreitada em assunto.

1. ENQUADRAMENTO

A atual situação excecional em que se verifica a rutura das cadeias provocada pela pandemia COVID -19 e a crise global na energia e dos efeitos resultantes da guerra na Ucrânia, resultou em aumentos abruptos dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão de obra, com especial relevo no setor da construção, o que tem gerado graves impactos na economia.

O recurso generalizado às fórmulas tipo de revisão de preços nos contratos de obras públicas não são muitas vezes, pela sua natureza, suscetíveis de traduzir, suficientemente, os impactos reais dos custos dos trabalhos concretos desses contratos, e, como é o caso, as variações anormalmente rápidas e imprevisíveis dos custos de produção.

Assim, o legislador, através do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, julgou necessário estabelecer medidas excecionais e temporárias de revisão de preços em resposta ao aumento de custos com matérias-primas, materiais, mão de obra e equipamentos de apoio, com impacto em contratos públicos, especialmente nos contratos de empreitadas de obras públicas, que venham a ser celebrados ou já em execução.

2. ANÁLISE DA PRETENSÃO

2.1. Cumprimento do disposto no ponto 1 do artigo 3.º

O ponto 1 do artigo 3.º, nas suas alíneas a) e b), determina que um empreiteiro pode apresentar um pedido de revisão extraordinária de preços desde de que um determinado material, tipo de mão de obra ou equipamento de apoio represente, cumulativamente, 3% do preço contratual e a sua taxa de variação homologa do custo seja igual ou superior a 20%;

Relativamente ao disposto na alínea a) a entidade executante identificou os seguintes materiais como os que representaram pelo menos 3% do preço contratual:

- M18 – Betumes a granel;
- M22 – Gasóleo;
- M45 - Perfilados pesados e ligeiros

Assim, analisada, para cada item, a proporção do seu custo contratual, considera-se aceite e cumprido o requisito para os materiais M18 e M22 e não aceite para o material M45. No entanto, considerando que o ponto 1 do artigo 3.º determina que o empreiteiro pode apresentar um pedido de revisão extraordinária de preços desde que um determinado material represente pelo menos 3% do preço contratual, o presente critério considera-se ACEITE E CUMPRIDO na íntegra.

Quanto ao cumprimento do disposto na alínea b) a entidade executante identificou, como materiais que apresentam uma taxa de variação homologa do custo superior a 20%, os constantes no seguinte quadro (extrato):

Código	Material	Mar. 21	Mar. 22	Variação
M18	Betumes a Granel	411,1	582,2	41,62%
M22	Gasóleo	305,8	407,8	33,36%
M45	Perfilados pesados e ligeiros	228,2	318,3	39,48%

Pese embora o mês de referência para o cálculo da revisão de preços ordinária seja maio de 2021, por ser o mês anterior ao da apresentação da proposta, aceita-se que o período homólogo seja calculado com o mês de março, dado que até à presente data temos publicados os índices definitivos referentes ao primeiro trimestre de 2022;

Assim, consultado, para cada item, as respetivas variações homologas de custos (fonte IMPIC) considera-se ACEITE E CUMPRIDO O REQUISITO

2.2. Cumprimento do disposto no ponto 2 do artigo 3.º

O ponto 2 do artigo 3.º refere os critérios de deverá obedecer qualquer pedido de revisão extraordinária de preços, que deverá, cumulativamente:

- a) Ser apresentado até à receção provisória da obra;
- b) Identificar fundamentadamente a forma de revisão extraordinária de preços que melhor se adegue à empreitada em execução;

Quanto ao previsto na alínea a) confirma-se que não se procedeu ainda à assinatura do auto de receção provisória, pelo que se considera CUMPRIDO o presente requisito.

Relativamente ao critério previsto na alínea b), e após análise do pedido, não se considerou a proposta de revisão de preços plenamente e objetivamente fundamentada, ou seja, não nos foram facultados elementos que nos permitam verificar se a fórmula apresentada é a que mais se adequa à estrutura de custos da empreitada, elementos esses que deverão descrever, não só, a estrutura de custos ao qual o empreiteiro se apresentou à empreitada mas também elementos de base que permitam ao dono de obra determinar a conformidade dos coeficientes propostos, facto que não se verifica.

A forma de revisão extraordinária de preços constante do pedido formulado pela entidade executante, e que julga ser a que melhor se adequa à presente empreitada foi a que consta do seguinte quadro (extrato do pedido):

Coeficientes	Índice	
0,20	St	Mão de obra
0,01	M03	Inertes
0,01	M15	Chapa de aço galvanizado
0,01	M17	Fio de cobre revestido
0,41	M18	Betumes a granel
0,10	M22	Gasóleo
0,01	M30	Tintas para estradas
0,05	M45	Perfilados pesados e ligeiros
0,10	EA	Equipamentos de apoio
0,10	c	Constante

Efetuada o cálculo da revisão de preços com a fórmula proposta pela entidade executante, o valor apurado é de 102 372,21 € + IVA, conforme cálculo anexo.

3. PROPOSTA DE DECISÃO

O ponto 3 do artigo 3.º determina que o dono de obra se deva pronunciar no prazo de 20 dias sob pena de aceitação tácita do pedido de revisão extraordinária de preços, podendo, em caso de não aceitação da proposta, exclusiva e alternadamente tomar uma das seguintes opções:

- Apresentar, de forma fundamentada, uma contraproposta;
- Realizar a revisão de preços segundo a forma contratualmente estabelecida acrescido de um fator de compensação de 1,1;
- Efetuar e determinar a revisão segundo o método de garantia de custos;

O ponto 4 do mesmo artigo, prevê ainda que, se não houver acordo sobre a forma de revisão extraordinária de preços, os preços serão revistos com base na contraproposta do dono de obra.

Nestes termos, e considerando que a parca e insuficiente fundamentação apresentada pela entidade não permitiu confirmar/verificar se a fórmula de revisão extraordinária de preços apresentada é a que melhor se adequa à empreitada em causa, procedeu-se, ao abrigo da alínea a) do artigo 3.º supracitado, à formulação de uma contraproposta à fórmula apresentada, baseada nas seguintes considerações:

- 1- Aceita-se o valor da variação homóloga apresentada;
- 2- Considera-se que se deve manter na fórmula o índice M20 – cimento em saco dado que o mesmo é utilizado na composição de betão para assentamento de lancis, para realização das juntas entre os lancis e na execução de caixas, pelo que houve efetiva utilização deste material em obra;
- 3- Considera-se que se deve manter na fórmula o índice M48 – produtos para ajardinamentos dado que em obra foi efetuada sementeira de relva e outros trabalhos, tendo, portanto, havido efetiva utilização deste material em obra;
- 4- Julgo de incluir na fórmula o índice M47 – produtos pré-fabricados de betão, dado que em obra foram aplicados lancis em betão e pedra de chão de blocos de betão, materiais pré-fabricados;
- 5- Proponho que se retire da fórmula o índice M15 – chapa de aço galvanizada, dado que não houve aplicação deste material em obra
- 6- Relativamente ao coeficiente atribuído ao índice M18- betume a granel, foi determinado da seguinte forma:
 - Através do peso específico da mistura betuminosa determinou-se as toneladas aplicadas em obra;
 - Com base no custo de produção por tonelada, e para uma percentagem média de aplicação de betume de 5% do total da mistura, determinou-se a proporção do custo do betume por tonelada de mistura betuminosa;
 - Multiplicando essa proporção pela tonelagem de mistura aplicada em obra determinou-se a influencia efetiva do betume no custo global da obra;
 - O valor obtido de 21% resulta da média aritmética do valor obtido com o custo efetivo por tonelada de aquisição de betume a granel à proporção de aplicação de 5% do total da mistura;

Nestes termos obter-se-á a seguinte contraproposta de fórmula de revisão extraordinária de preços:

Índices		Coeficientes formula contratual (F16)	Coeficientes de fórmula adaptada	mar/21	mar/22	Variação Homóloga
St	MAO DE OBRA	0,39	0,20	153,5	165,0	7,49%
M03	INERTES	0,06	0,15	104,4	115,3	10,44%
M15	CHAPA DE AÇO GALVANIZADA	0,01		165,6	206,0	24,40%
M17	FIO DE COBRE REVESTIDO	0,01	0,01	264,4	342,5	29,54%
M18	BETUMES A GRANEL	0,06	0,21	411,1	582,2	41,62%
M20	CIMENTO EM SACO	0,02	0,02	165,2	169,4	2,54%
M22	GASÓLEO	0,05	0,10	305,8	407,8	33,36%
M30	TINTAS PARA ESTRADAS	0,01	0,01	259,4	304,8	17,50%
M45	PERFILADOS PESADOS E LIGEIOS	0,01	0,05	228,2	318,3	39,48%
M47	PRODUTOS PRE FABRICADOS DE BETÃO		0,01	103,8	119,1	14,74%
M48	PRODUTOS PARA AJARDINAMENTOS	0,08	0,01	114,4	122,1	6,73%
EA	EQUIPAMENTOS APOIO	0,20	0,13	121,0	128,4	6,12%
C	CONSTANTE	0,10	0,10	0,10	0,10	

Foi efetuado o cálculo da revisão de preços pela fórmula contratual, F16, e através da fórmula adaptada que se propõe utilizar, sendo o resultado o seguinte:

Valor da revisão de preços com a fórmula contratual (F16)	46 229,44 €
Valor da revisão de preços com a fórmula adaptada	80 560,44 €

Face ao atrás exposto e nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 36/22 de 20 de maio, proponho que se notifique a entidade executante da contraproposta de fórmula a ser efetuada com base nos índices acima identificados.

O Gestor do contrato

Exmos. Senhores,
Município de Braga
Praça Conde de Agrolongo
4704-514 Braga

Correio Registado c/AR
Martim, 15 de junho de 2022
N/ Ref.: GT0142/2022

Assunto: Empreitada CO 21/050 – “CPE.13.21.DMOSM - Repavimentação da Avenida de São Pedro - U.F. de Este S. Pedro e S. Mamede”
Revisão Extraordinária de Preços ao abrigo do DL nº. 36/2022, de 20 de maio

Exmos. Senhores,
Os nossos cumprimentos,

Nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº. 36/2022, de 20 de maio, a Entidade Executante (“EE”), vem, muito respeitosamente, apresentar um pedido de revisão extraordinária de preços, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1. Conforme é do conhecimento de V.^{as} Ex.^{as} vive-se uma situação excecional de escassez no mercado da qual resultam (diariamente) aumentos abruptos, anormais e imprevisíveis dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão-de-obra que, pura e simplesmente, desfiguraram a equação financeira inicial de todos os contratos, não sendo o presente contrato exceção.
2. Na verdade, na execução do presente contrato a EE encontra-se a suportar elevadíssimos prejuízos que se encontram muito longe de ser compensados através da revisão ordinária de preços (legal e contratualmente prevista) e que, diga-se, também não o serão integralmente com a aceitação da alteração à fórmula de revisão de preços proposta pela EE.
3. Ainda assim, tal alteração será de molde a minorar os prejuízos da EE e repor alguma justiça à execução do contrato.
4. Isto posto, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 1, als. a) e b), do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, para que seja possível operar a revisão extraordinária de preços é suficiente que “*um determinado material, tipo de mão de obra ou equipamento de apoio:*
a) *Represente, ou venha a representar durante a execução, pelo menos 3 % do preço contratual; e*
b) *A taxa de variação homóloga do custo seja igual ou superior a 20 %.*”
5. Ora, na presente empreitada existem vários materiais e matérias-primas que representam mais de 3% do preço contratual e que sofreram uma variação homóloga do seu custo superior a 20%.

6. Referimo-nos, a título de exemplo, aos seguintes materiais que representam, cada um, pelo menos, 3% do preço contratual:
 - Betumes a granel;
 - Gasóleo;
 - Perfilados pesados e ligeiros.
7. Para aferirmos da variação sofrida pelos mesmos, basta que se atente nos índices de revisão de preços publicados em Diário da República, no período entre março de 2021 e março de 2022, onde se comprova a seguinte variação nestes materiais:

Código	Material	Mar. 21	Mar. 22	Variação
M18	Betumes a Granel	411,1	582,2	41,62%
M22	Gasóleo	305,8	407,8	33,36%
M45	Perfilados pesados e ligeiros	228,2	318,3	39,48%

8. Isto considerando, apenas, as variações de acordo com os índices publicados que, como se sabe, sempre são inferiores às reais variações suportadas pelas empresas.
9. Note-se que, não obstante o peso inicial destes materiais no preço contratual ser já substancialmente superior àquilo que é a percentagem refletida na fórmula de revisão de preços do contrato, certo é que, com o aumento abrupto de preço dos mesmos, o seu peso relativo na composição do preço contratual aumentou consideravelmente,
10. Ao ponto de a fórmula de revisão ordinária de preços aplicável ao caso concreto (que já não era suscetível de traduzir as efetivas variações de preço) se encontrar, de há uns tempos a esta parte completamente desajustada face aos impactos nos custos dos específicos trabalhos objeto da presente empreitada decorrentes das variações anormalmente intensas e rápidas dos preços verificada.
11. De resto, para além de a efetiva ponderação dos materiais na fórmula de revisão de preços do contrato ser desajustada (tendo em conta o efetivo peso relativo dos mesmos na composição do preço contratual) também os concretos materiais elencados na fórmula de revisão de preços contratual são manifestamente desajustados ao caso concreto,
12. Pelo que, pretende a EE lançar mão da prerrogativa constante do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio e, dessa forma, peticionar uma revisão extraordinária dos preços através da adaptação da fórmula de revisão de preços aos específicos trabalhos (materiais e matérias-primas) com maior expressão nesta específica empreitada.
13. Tudo isto para evitar que o cumprimento das obrigações tal como assumidas à data de apresentação da proposta, seja contrária aos princípios da boa-fé, da justiça e da proporcionalidade na repartição dos encargos por total e absoluta falta de equivalência das prestações.

14. Isto posto, nos termos da alínea b), do nº. 2, do art. 3º do referido Diploma legal, considera-se que a forma de revisão extraordinária de preços que melhor se adequa à presente Empreitada será por recurso a *Fórmula*, através da adaptação da fórmula de revisão de preços contratualmente estabelecida, do seguinte modo:

Coeficientes	Índice	
	St	Mão de obra
0,20	M03	Inertes
0,01	M15	Chapa de aço galvanizado
0,01	M17	Fio de cobre revestido
0,41	M18	Betumes a granel
0,10	M22	Gasóleo
0,01	M30	Tintas para estradas
0,05	M45	Perfilados pesados e ligeiros
0,10	EA	Equipamentos de apoio
0,10	c	Constante

15. Com a aceitação desta fórmula, para além de ficar refletido o efetivo peso destes concretos materiais na composição do preço da empreitada, será reposta alguma justa que permita à EE cumprir com o objeto do contrato sem que se satisfaça o interesse público a suas expensas.

Certos do V/bom acolhimento, subscrevemo-nos,

A Administração,

Ofício Nº 5801

DATA: 22/02/2023

DOCUMENTO: E/5968/2023

Registada c/ A/R Data da Remessa ____/____/____

Exmo. Senhor

Alexandre Barbosa Borges, S.A.

Rua do Labriosque, N.º 70

4755-307 - MARTIM

ASSUNTO | EMPREITADA: "REPAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA DE SÃO PEDRO - U.F. DE ESTE S. PEDRO E S. MAMEDE" - REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS

Exm.ºs Senhores

Em resposta à Vossa carta refª. GT0023 de 24/01/2023, comunica-se a V. Exª. no âmbito da obra "REPAVIMENTAÇÃO DA AV. DE SÃO PEDRO - U.F. DE ESTES. PEDRO E S. MAMEDE", foi, em 08/07/2022, enviada uma carta com A/R a essa empresa, apresentando uma contraproposta à fórmula de revisão de preços.

Agora, cerca de 7 meses depois, veio a vossa empresa responder à nossa comunicação, informando que não estão de acordo com a contraproposta apresentada e requerendo que se mantenha a fórmula contratualmente estabelecida majorada do fator de compensação de 1,1, alegando que devido à falta de convergência entre as partes, o processo será moroso e desajustado à urgência pretendida pela EE.

Relativamente a este assunto, informo que uma entidade que demora cerca de 7 meses a pronunciar-se sobre a contraproposta apresentada, deixa de ter legitimidade para falar em morosidade do processo.

Nestes termos, informamos que se indefere a vossa pretensão e se mantém a contraproposta apresentada através do ofício n.º 16483.

Esta contraposta vai ser submetida à próxima reunião de câmara para autorização, após o que passará a ser a fórmula de revisão de preços da empreitada.

Com os melhores cumprimentos,

A Vereadora

(Com delegação de poderes concedidos por despacho
do Senhor Presidente da Câmara em 18/10/2021)

Olga Pereira (Dr.ª)

Exmos. Senhores,
Município de Braga
Praça do Município
4700-435 Braga

Correio Registado c/AR

Assunto:	N.º Ref.º	V.º Ref.º	Data:
Revisão Extraordinária de Preços	GT0023/2023	E/32736/2022 Ofício n.º 16483	24/01/2023

"REPAVIMENTAÇÃO DA AV. DE SÃO PEDRO - U.F. DE ESTE S. PEDRO E S. MAMEDE"

Exmos. Senhores,
Os nossos cumprimentos.

Acusamos a receção da V/comunicação de Ref.º em epígrafe através da qual V.ªs Ex.ªs vêm, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 3, al. a), do DL 36/2022 apresentar a V/contraproposta de revisão extraordinária de preços.

Ora, não obstante da contraproposta de V.ªs Ex.ªs resultar já um esforço de aproximação à real estrutura de custos, certo é que, tendo em conta a extensão e teor das dificuldades e prejuízos que a Entidade Executante ("EE") suportou com a execução do presente contrato, a mesma não é suscetível, sequer, de garantir uma compensação equitativa à EE, muito menos de assegurar o ressarcimento integral dos sobrecustos suportados com a execução do contrato por via do anormal e imprevisível aumento de preços verificado.

De igual modo, ainda que se denote um esforço de aproximação do Dono da Obra ("DO"), a verdade é que verificam-se grandes divergências entre a estrutura de custos considerada pela EE e a estrutura de custos contraproposta pelo DO, factibilidade que, por ausência de convergência de posições, poderá tornar o presente procedimento de revisão extraordinária de preços moroso e absolutamente desajustado à urgência pretendida para que seja possível à EE, de alguma forma, minorar os graves desequilíbrios e prejuízos suportados com a execução do contrato e que, no final, culminará com mais divergências de entendimento entre as partes.

Nesta medida, tendo em conta os efetivos prejuízos suportados pela EE e a sua intenção de célere e consensual estabilização do contrato vem esta propor uma outra solução prevista na lei, nomeadamente uma solução que passa pela conjugação dos regimes prescritos nos artigos 311.º, e ss. do CCP e no artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, realizando-se a revisão de

preços segundo as fórmulas contratualmente estabelecidas, sendo, ainda assim, os coeficientes de atualização (Ct) resultantes dos respetivos cálculos multiplicados por um fator de compensação de 1,1 por aplicação do disposto na alínea b), do n.º 3 do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, solução que para além de legalmente permitida, pois *“se o diploma admite que essa é uma das possíveis respostas do dono da obra, não vemos por que razão o empreiteiro não a poderia apresentar logo no seu pedido”*¹, é suscetível de eliminar quaisquer possíveis e hipotéticas divergências entre as partes no que à real estrutura de custos respeita e que aqui se requer para os devidos e legais efeitos.

Assim, vem a EE requerer que, alternativamente às fórmulas propostas pelas partes, que seja aprovada, por acordo, a revisão extraordinária de preços *“segundo a forma contratualmente estabelecida, sendo, para os casos de revisão por fórmula, os coeficientes de atualização (Ct) resultantes dos respetivos cálculos multiplicados por um fator de compensação de 1,1”*, pois que, desta forma, para além de se proceder a uma mais justa compensação da EE eliminam-se todas e quaisquer divergências que possam existir quanto à adequação das fórmulas apresentadas pela EE no seu pedido de revisão extraordinária de preços.

Certos do V/bom acolhimento, subscrevemo-nos,

A Administração,

¹ Luís Verde de Sousa, A revisão extraordinária de preços e outras medidas constantes do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio – a sua aplicação à empreitada de obras públicas, Revista de Direito Administrativo, Número Especial, Agosto de 2022, pp. 119